



Resenha do artigo intitulado “Dos efeitos jurídicos da paternidade socioafetiva na obrigação de alimentos”¹


Review of the article entitled “The legal effects of socio-affective paternity on maintenance obligations”

 ARK: 44123/multi.v5i10.1329

Recebido: 02/07/2024 | Aceito: 06/11/2024 | Publicado *on-line*: 25/01/2025

Antônia Leiliane Carlos Araújo²

 <https://orcid.org/0009-0008-4421-8817>

 <http://lattes.cnpq.br/8823714903427626>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: leilianecarlosaraujo.adv@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Dos efeitos jurídicos da paternidade socioafetiva na obrigação de alimentos”. Esse artigo é de autoria de: Milena de Souza Ramos; Luis Gustavo Liberato Tizzo. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Brazilian Journal of Development”, no Vol. 8, edição n. 2, fev., 2022.

Palavras-chave: Filiação socioafetiva. Obrigação alimentar. Afetividade.

Abstract

This is a review of the article entitled “The legal effects of socio-affective paternity on the maintenance obligation”. This article was authored by: Milena de Souza Ramos; Luis Gustavo Liberato Tizzo. The article reviewed here was published in the periodical “Brazilian Journal of Development”, in Vol. 8, edition n. 2, Feb., 2022.

Keywords: *Socio-affective filiation. Alimony obligation. Affectivity.*

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Dos efeitos jurídicos da paternidade socioafetiva na obrigação de alimentos”. Esse artigo é de autoria de: Milena de Souza Ramos; Luis Gustavo Liberato Tizzo. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Brazilian Journal of Development”, no Vol. 8, edição n. 2, fev., 2022.

Nos próximos parágrafos, serão apresentados os currículos dos autores desse artigo. A formação e a experiência de cada autor são essenciais para a análise dos temas que eles abordam. Portanto, vamos conhecer um pouco mais sobre cada um deles.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada pelo professor *Filipe da Silva Linhares*.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

A primeira autora desse artigo é Milena de Souza Ramos. Graduanda no curso de bacharelado em Direito pela Faculdade de Apucarana (FAP) em 2021.

O segundo autor desse artigo é Luis Gustavo Liberato Tizzo. Graduado em Direito; mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar; doutorando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2210465457037662>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5917-3772>.

Esse artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo; palavras-chave; abstract; *keywords*; introdução; Socioafetividade; Socioafetividade como vínculo de filiação; Alimentos e paternidade socioafetiva; objetivos; metodologia; resultados; conclusão e referências.

O resumo do artigo indica que o objetivo principal do trabalho foi analisar a obrigação de fornecer alimentos no contexto da filiação socioafetiva ante o ordenamento jurídico brasileiro. Embora não haja uma previsão explícita na lei, a interpretação atual permite a concessão de alimentos ao filho socioafetivo, refletindo uma realidade cada vez mais comum. O estudo explora os aspectos históricos da família e da filiação, bem como os princípios fundamentais do Direito de Família, ressaltando os elementos que definem a filiação socioafetiva. A jurisprudência, juntamente com a doutrina, as decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os enunciados do Conselho da Justiça Federal (CJF), tem priorizado a socioafetividade.

O tema desse artigo é “Dos efeitos jurídicos da paternidade socioafetiva na obrigação de alimentos”. Os autores discutiram o seguinte problema: “Como a socioafetividade, mesmo sem estar expressamente prevista na lei, vem sendo reconhecida pelos tribunais e se reflete na obrigação de prestar alimentos, criando uma nova realidade jurídica que precisa ser compreendida e regulamentada adequadamente?”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “a possibilidade de que a filiação socioafetiva, mesmo sem previsão explícita na legislação brasileira, gera efeitos jurídicos significativos, incluindo a obrigação de prestar alimentos, quando reconhecida pelos tribunais e pela jurisprudência”.

Nesse artigo, o objetivo geral foi “analisar o impacto legal da relação de paternidade socioafetiva frente à obrigação alimentar estabelecida pela legislação brasileira”.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “Apesar de não haver previsão explícita na legislação brasileira, a jurisprudência e a doutrina têm priorizado a socioafetividade devido à sua crescente relevância social. Esse reconhecimento jurídico se reflete em mudanças nas estruturas familiares e na importância do afeto como um vínculo de filiação que gera efeitos jurídicos, como a obrigação de prestar alimentos”.

A metodologia utilizada para a construção do artigo aqui analisado foi a análise bibliográfica, buscando, na metodologia, o estudo dedutivo e jurisprudencial, relacionado ao tema abordado, além de artigos científicos publicados na internet que são pertinentes ao assunto.

Precipuaente, os autores afirmam, de forma clara, que a afetividade foi pacificada no Direito de Família, devido à necessidade de adaptação das mudanças sociais, tornando a filiação socioafetiva uma relação irrevogável que gera obrigações jurídicas, como a obrigação alimentar.

Nesse sentido, os autores demonstram, no capítulo “Socioafetividade”, de forma explícita, que, introduzindo novos vínculos e novas formas de entidade familiar, as relações socioafetivas se tornaram cada vez mais importantes no Direito brasileiro, tendo a afetividade figurado em todas as relações familiares.

Ademais, os autores, ao abordarem o capítulo “Socioafetividade como vínculo de filiação”, evidenciam que, além do vínculo consanguíneo, o estado de filiação desenvolvido por meio da convivência e da afetividade entre pai e filho é essencial para a atribuição da paternidade ou maternidade, estabelecendo a filiação socioafetiva como uma modalidade de parentesco civil baseada no afeto e garantida juridicamente.

Nesse cenário, por meio do capítulo “Alimentos e paternidade socioafetiva”, os autores reforçam, claramente, que a comprovação do vínculo afetivo na filiação socioafetiva estabelece efeitos jurídicos irrevogáveis, incluindo a obrigação alimentar, fundamentada nos princípios da dignidade humana e da solidariedade familiar, abrangendo diversos aspectos do sustento e bem-estar do filho.

Por fim, os autores expõem como resultado obtido que, considerando as doutrinas, as jurisprudências, os provimentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e enunciados do Conselho da Justiça Federal (CJF), o vínculo biológico não é mais suficiente para definir parentesco, sendo necessário o afeto, amor, carinho e cuidado, priorizando a socioafetividade, que é reconhecida pelo estado de filho e gera direitos e deveres recíprocos entre pais e filhos.

Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, pp. 95-107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, pp. 29-55, 2019. DOI:

10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, pp. 01-28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, pp. 88-118, 2021. DOI:

10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:

<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

RAMOS, Milena de Souza; TIZZO, Luis Gustavo Liberato. Dos efeitos jurídicos da paternidade socioafetiva na obrigação de alimentos. **Brazilian Journal of Development**. Vol. 8, n. 2, fev. 2022. Disponível em:

<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/43808/pdf/109563>>. Acesso em: 2 mai. 2024.